

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO

**PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL,
ESTADUAL E REGIONAL - 1986/87**

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

740044

PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL,
ESTADUAL E REGIONAL - 1986/87

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL,
ESTADUAL E REGIONAL - 1986/87

MARÇO/1986

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

EQUIPE TÉCNICA

SUPERVISÃO

Antônio Luiz Caus

ELABORAÇÃO

Carlos Alberto Feitosa Perim

Carlos Roberto Coimbra de Oliveira

José Jacyr do Nascimento

COLABORAÇÃO

José Francisco Bernardino Freitas

Robson Luiz Pizziolo

Magno Pires da Silva

Ilza Bitran

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves é um órgão do Estado do Espírito Santo para apoiar o planejamento a nível estadual e municipal.

No cumprimento de suas funções, o IJSN vem produzindo estudos, programas e projetos de necessidades imediatas, tanto para as Secretarias de Estado como para as prefeituras.

A programação de trabalho do órgão para 1986/87 consta de cinco linhas básicas:

1. Programas e estudos de apoio ao planejamento setorial.
2. Programas e estudos de apoio ao planejamento municipal.
3. Criação e organização do Sistema Municipal de Informações Comunitárias.
4. Recuperação, organização e divulgação das informações existentes.
5. Programas e estudos de apoio ao Planejamento Regional.

Com o advento da Nova República, a estratégia de atuação do órgão mudou para se garantir a descentralização, transparência e eficácia do planejamento do poder público. Com isso, quer-se dizer que o IJSN não mais oferecerá projetos acabados para as instâncias do poder estadual e municipal, procurando atuar agora através de uma gestão partilhada dos programas, treinando recursos humanos, implantando o Sistema Municipal de Informações Comunitárias e organizando processos decisórios que permitam a participação comunitária.

Desta forma, o **Programa de Apoio ao Planejamento Municipal, Estadual e Regional 86/87** se insere no **Programa de Ação Regional - Estado do Espírito Santo** criado pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior -

via Secretaria Especial da Região Sudeste, englobando recursos sociais existentes num processo coletivo de resolver os problemas.

1.1. O APOIO AO PLANEJAMENTO ESTADUAL, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE ESTADO, NO ANO DE 1986, ESTÁ CENTRADO NO ESTUDO DE OFERTA E DEMANDA DE EQUIPAMENTO E NO LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL.

1.1.1. METAS A SEREM ATINGIDAS EM 86

1.1.1.1. Programa de Planejamento da Rede Escolar, Estudo da Oferta e Demanda Escolares do Estado do Espírito Santo.

1.1.1.1.1. Objetivos

1.1.1.1.1.1. Objetivos Gerais

- Possibilitar uma localização racional dos recursos destinados à rede escolar.
- Possibilitar à Secretaria de Educação e Prefeituras a programação e reavaliação anual da oferta e demanda escolar com participação das comunidades.
- Contribuir para elaboração racional, justa e participativa dos orçamentos municipais e estadual.
- Aprimorar os recursos humanos da SEDU e Prefeituras, criando condições de desenvolvimento do planejamento escolar Estadual, Municipal e com participação comunitária.

1.1.1.1.1.2. Objetivos Específicos

- Levantamento e estudo da rede física-escolar. Montagem e implantação de cadastros municipais e estaduais de equipamentos escolares.
- Estudo e projeção da demanda escolar por faixa etária-alvo e por zona escolar até 1995.

- Definição de normas para partição intra-zonal da demanda.
- Treinamento de equipes central e locais, para implantar, operar e atualizar o sistema.
- Implantar processo de planejamento participativo da Rede Física Escolar por Município.

1.1.1.2. Levantamento do Patrimônio Natural e Cultural - Etapa I (Catalogação)

1.1.1.2.1. Objetivos

1.1.1.2.1.1. Objetivos Gerais

- Fortalecer a identidade cultural da população capixaba.
- Divulgar e valorizar o patrimônio natural e cultural do Estado do Espírito Santo.
- Conscientizar a população e órgãos competentes, da necessidade de preservação e valorização do patrimônio natural do Estado.
- Fornecer subsídios para políticas, projetos, planos e ações setoriais de órgãos e/ou entidades de iniciativa pública, privada e/ou comunitária.
- Instrumentalizar o setor educacional para atuação no setor cultural e natural.

1.1.1.2.1.2. Objetivos Específicos

- Identificar e levantar o patrimônio natural e cultural do Estado do Espírito Santo.
- Caracterizar o patrimônio natural e cultural do Espírito Santo.
- Fornecer subsídios aos órgãos responsáveis para o tombamento e/ou preservação dos bens móveis e imóveis de destaque a nível local ou regional.
- Incentivar e subsidiar a criação de órgãos e/ou entidades para atuação no âmbito cultural e ambiental, a nível local.

- Viabilizar, prioritariamente através das escolas, a divulgação e valorização do patrimônio natural e cultural da região e do Estado.

1.1.2. META 86 - ETAPA I (Catalogação)

Elaboração e Edição dos Catálogos Estadual e Municipais do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo a ser concluído até outubro de 1986, contendo uma listagem, com referência para contato, dos seguintes aspectos.

- a) Bens Históricos Imóveis
- b) Manifestações Artísticas
- c) Manifestações Folclóricas
- d) Organizações Populares
- e) Organizações Religiosas
- f) Grupos Éticos
- g) Serviços de Comunicação
- h) Espaços Culturais
- i) Entidades e Órgãos
- j) Paisagens Típicas
- l) Acidentes Geográficos
- m) Remanescentes Florestais
- n) Refúgios Biológicos
- o) Outros

1.1.2.1. Programa de Planejamento da Rede de Saúde, Estudo da Oferta e Demanda dos Equipamentos de Saúde do Estado do Espírito Santo

1.1.2.1.1. Objetivos

1.1.2.1.1.1. Objetivos Gerais

- Fazer um estudo da situação de saúde do Estado, tendo como unidade de informação a comunidade, de forma a fornecer subsídios e apoio técnico que possa facilitar a elaboração e implantação de projetos na área de saúde, sejam eles a nível público, privado ou comunitário, possibilitanu

do às entidades envolvidas maior agilidade em sua ação.

- Divulgar à população, através das entidades locais, informações relativas à situação de saúde, buscando conscientizá-la da necessidade de eficácia dos equipamentos (instalados ou a serem implantados), e da importância das medidas de prevenção nessa área.

1.1.2.1.1.2. Objetivos Específicos

- Levantar e mapear os equipamentos de saúde do Espírito Santo, por comunidade.
- Cadastrar e apresentar relatórios dos equipamentos de saúde do Espírito Santo, por comunidade.
- Diagnosticar a situação de saúde no Espírito Santo, por comunidade, enfocando a oferta e demanda de equipamentos.
- Implantar um sistema de informações estatísticas juntos às unidades de saúde dos municípios, sistema este possível de ser atualizado pelas equipes formadas localmente.

Além desses cadastros, o IJSN organiza nesse momento estudos de oferta e demanda de equipamentos culturais, de abastecimento, segurança, recreação e lazer, de infra-estrutura (circulação, transporte, abastecimento d'água, coleta e disposição de esgotos, drenagem pluvial, energia elétrica, comunicação).

1.2. PROGRAMA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Visa oferecer de acordo com as necessidades do Município recursos técnicos necessários para apoiar a elaboração de:

1.2.1. LEGISLAÇÃO

- a) Lei de Perímetro Urbano
- b) Código Tributário Municipal, Regulamento e Legislação de Apoio

- c) Lei de Parcelamento do Solo Urbano
- d) Código de Obras
- e) Código de Posturas
- f) Lei de Emplacamento e Numeração de Vias
- g) Lei de Ocupação e Uso do Solo
- h) Lei de Regularização de Loteamentos
- i) Lei de Proteção ao Patrimônio Natural e Cultural
- j) Lei de Organização Administrativa e Plano de Cargos e Salários

1.2.2. PLANOS ESPECIAIS

- a) Turismo
- b) Equipamentos Públicos
- c) Transporte
- d) Saúde e Saneamento
- e) Educação
- f) Abastecimento Alimentar
- g) Desenvolvimento Industrial
- h) Desenvolvimento Agrícola
- i) Outros

No ano de 1986, nossa meta neste programa é atender os municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Viana e Cariacica) e as Cidades Regionais de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Nova Venécia e São Mateus (não regional).

Além dessas, pretendemos expandir, ainda neste ano, o atendimento dos municípios onde já existe uma determinação de planejar e administrar com participação popular.

1.3. CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES COMUNITÁRIAS

Na busca de alternativas para descentralizar as informações e democratizar seu uso ampliando as facilidades para o funcionamento integrado dos

diferentes níveis de planejamento: Comunitário, Municipal, Estadual e Federal, o Estado do Espírito Santo, através da COPLAN e especificamente do IJSN, encontrou na criação do Sistema Municipal de Informações Comunitárias uma forma de sistematizar progressivamente todos os elementos informáticos considerados importantes para a Administração Municipal e Estadual desenvolver suas atividades de programação com a participação comunitária.

Embora alguns aspectos e elementos do sistema já estejam em fase de implantação, a maior parte dos elementos necessários vem sendo programados e estruturados para tornar completo o sistema de dados com condições de proporcionar informações precisas e corretas para todas as comunidades urbanas e rurais do Espírito Santo.

Integrando esforços de órgãos estaduais, municipais e federais, pretende-se progressivamente implantar nas prefeituras do Estado um sistema de informações registradas de forma gráfica (Mapeamento) e numérica (cadastros estatísticos) definindo-se conjuntamente as metodologias e treinamento dos recursos humanos necessários para sua operação e manutenção posterior.

Para potencializar sua utilidade optou-se por uma base que possibilite obter os dados agregados por comunidade urbana ou rural existentes nos municípios.

O IJSN, através do Programa de Apoio ao Planejamento Municipal e de programas de apoio às Secretarias de Estado, está construindo um acervo de dados relacionados a aspectos naturais, demográficos, áreas públicas, divisão espacial dos municípios, valores imobiliários, evolução da ocupação urbana, uso do solo, abastecimento de água, coleta e disposição de esgoto, energia elétrica, iluminação pública, padrão de pavimentação, comunicação, drenagem de águas pluviais, limpeza pública, educação, saúde, recreação e lazer, habitação, segurança, emprego, índices de custo de vida e de crescimento social, etc.

Na medida em que, a partir das necessidades e prioridades das prefeituras, o Instituto Jones dos Santos Neves apoia a elaboração de planos e projetos atendendo as demandas imediatas, adotando uma metodologia unificada de coleta e organização de dados com a mesma base cartográfica para as diferentes informações necessárias ao atendimento destas demandas, constrói-se também o Sistema Municipal de Informações Comunitárias.

Da mesma forma, o atendimento às Secretarias Municipais através de levantamentos e estudos setoriais e/ou integrados de abrangência regional e/ou estadual, que visam o atendimento imediato de demandas sociais, permite, adotando-se a mesma base cartográfica e metodológica, potencializar a utilidade das informações e a construção progressiva do Sistema adotado.

Por outro lado, pretende-se evitar o atendimento simplesmente clientelista de se oferecer projetos e programas prontos para as municipalidades administrarem.

Para se garantir as diretrizes básicas da Política Nacional de descentralização, transparência, democratização e eficácia e eficiência do setor público, a programação do IJSN no exercício de 1986, prevê atuação conjunta com as Prefeituras Municipais e Secretarias de Estado, na elaboração metodológica, treinamento de recursos humanos locais, implantação e uso do sistema de informações, que é a condição básica da capacidade de decidir.

Isto posto, descentralizar e democratizar a administração pública, pressupõe a disponibilidade e o acesso às informações que alimentam o processo decisório, seja a nível comunitário, municipal, estadual ou federal.

1.3.1. OBJETIVOS

1.3.1.1. Objetivos Gerais

- Através do atendimento às necessidades imediatas de apoio ao planejamento das municipalidades e Secretarias de Estado, criar fonte permanente de informações - Sistema Municipal de Informações Comunitárias - para subsidiar órgãos públicos (Federais, Municipais, Estaduais) e as comunidades.
- Sistematizar de forma descentralizada todas as informações sobre as comunidades e municípios em uma única prática operacional.
- Realimentar as atividades de planejamento em todas as instâncias de decisão (comunitária, municipal, estadual e federal) num processo contínuo e gradual.
- Transformar as informações levantadas em linguagem informática, aproveitando os meios de computação digital - PRODEST, visando a utilização de equipamentos e SOFT-WARE de processamento gráfico e geoprocessoamento.

1.3.1.2. Objetivos Específicos

- Permitir a seleção de áreas críticas para a atuação com programas específicos de apoio ao desenvolvimento regional e/ou comunitário.
- Possibilitar a caracterização sócio-econômica e cultural das comunidades urbanas e rurais dos municípios, como da qualidade física das áreas residenciais, renda familiar, situação educacional e de saúde, etc.
- Identificar tendências dos processos de desenvolvimento e de expansão, bem como das potencialidades das comunidades.
- Localizar e dimensionar as carências de infra-estrutura (água, esgoto, sistema viário, eletrificação, etc.) quanto as sociais (atendimento de saúde, escolas, etc.) das comunidades.

1.3.1.3. Organização do Sistema

O Sistema Municipal de Informações Comunitárias será composto pelos Cadastros Municipais de Informações Comunitárias, que por sua vez contará com todos as Unidades Cadastrais ou Planejamento Municipal. Ex.: Cadastro do Patrimônio Natural e Cultural, Cadastro de Informações Populacionais, Cadastro de Informações da Estrutura Produtiva, Cadastros de Infraestrutura e Equipamentos, etc.

A forma final destes cadastros será expressa através de mapas temáticos, formulários estatísticos, gráficos e tabelas, relatórios e textos analíticos, todos eles interligados de modo a assegurarem uma unidade formal, espacial e uma representação completa das informações levantadas e processadas. Isto facilitará o diagnóstico da situação existente, a identificação dos problemas e o estabelecimento de critérios para atuação sobre esses problemas através de uma proposta de investimento integrado, coerente e eficaz com a participação comunitária.

O Sistema possuirá todas as informações diferenciadas e caracterizar-se-á pela possibilidade de se referir a qualquer informação armazenada num sistema espacial, formando o banco de dados geográficos.

Desta forma todos os elementos do sistema serão interrelacionadas geograficamente, tanto gráfica como numericamente.

A codificação espacial em elaboração por municípios tem como unidade básica a divisão administrativa do município. Os distritos serão divididos em comunidades Rurais e Urbanas (bairros?). As comunidades urbanas (bairros?), contém quadras, que por sua vez, são divididas em lotes. Um outro grupo de unidade básica nas áreas urbanas, é composto pelos trechos de rua compreendido pelo segmento de rua entre dois cruzamentos.

Este sistema, um banco de dados georeferenciados apresenta as seguintes características:

- a) Precisão e nível de confiabilidade adequados para estudos, planejamento e projetos;
- b) Capacidade de armazenamento de dados, com tal nível de detalhes que permite consultas, formulação de hipóteses e processamento integrado de problemas complexos, com a possibilidade de combinar ou relacionar variáveis;
- c) Atualização permanente das informações armazenadas.

1.3.1.4. Unidades Cadastrais do Sistema

1. Divisão Espacial do Município
2. Patrimônio Natural
3. Grupos Sociais Organizados
4. Patrimônio Cultural
5. Demografia
6. Áreas Públicas
7. Uso do Solo
8. Expansão Urbana
9. Equipamentos
 - a) Culturais
 - b) Abastecimento
 - c) Segurança
 - d) Educação
 - e) Saúde
 - f) Recreação e Lazer
 - g) Especiais
10. Infra-estrutura
 - Circulação - Sistema Viário
 - Transporte
 - Abastecimento de Água
 - Coleta e Disposição de Esgoto

- Drenagem de Águas Pluviais
 - Energia e Iluminação Pública
 - Comunicação
11. Estrutura Produtiva e Conjuntura Econômica
- a) Indústria
 - b) Serviços
 - c) Agricultura
 - d) Comércio
12. Imobiliário Fiscal
13. Preços

OBSERVAÇÃO

Nesse momento, as diferentes equipes de trabalho do IJSN, juntamente com equipes técnicas das Prefeituras Municipais estão discutindo a melhor forma de organização das informações, definindo o conteúdo das diferentes Unidades Cadastrais, bem como o tratamento que será dado às informações nas áreas rural e urbana.

1.3.1.5. METAS 86

Um dos principais pressupostos para implantação deste Sistema é a dotação de uma base cartográfica Municipal e em especial de suas áreas urbanas.

Para tanto, estão previstos e/ou em andamento os seguintes projetos:

- Vôo Aerofotogramétrico da Grande Vitória
- Restituição do Vôo Aerofotogramétrico da Grande Vitória
- Vôo Aerofotogramétrico das Cidades, Vilas e Povoados do Estado do Espírito Santo.
- Restituição do Vôo Aerofotogramétrico das Cidades, Vilas e Povoados do Estado do Espírito Santo.

1.4. RECUPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES

O atendimento imediato previsto nas linhas de atuação 1 e 2, pressupõe também a recuperação, organização e divulgação das informações armazenadas.

Para tanto, o IJSN através do Departamento de Informações e Pesquisas Básicas está fazendo o levantamento dessas informações, que, entre outros objetivos, subsidiará a elaboração dos Cadernos Municipais Ilustrados.

1.5. PROGRAMAS E ESTUDOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO REGIONAL

Na área de apoio ao planejamento regional, o IJSN já desenvolveu exaustivos estudos de caracterização das regiões do Estado, no que diz respeito à produção agrícola (PDRIs) e populacionais, assim como na área de transportes da Grande Vitória.

1.5.1. METAS 86

1.5.1.1. Projeto de Monitoração do AGLURB-GV.

1.5.1.2. Objetivos

Aferição da eficácia das intervenções no sistema de transporte urbano da Grande Vitória, implantadas pelo projeto AGLURB-GV.

1.5.1.3. Metas:

- Levantamentos de dados e informações, tabulação e análise, das situações antes e depois das intervenções.
- Formulação e análise de indicadores para avaliação de eficácia.

1.5.1.4. Principais Produtos:

- Relatório de Base
- Boletins Técnicos
- Relatório Final

1.5.1.5. Fases/Tempo de Duração:

- Levantamentos, tabulação e análise de informações (situação antes)/ 10 meses.
- Levantamentos, tabulação e análise de informações (situação depois)/ 10 meses.
- Avaliação de eficácia, encerramento do projeto: 4 meses.

1.5.2. PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE VITÓRIA - PDTU-GV

O Plano Diretor de Transporte Urbano da Grande Vitória - PDTU-GV, se compõe de uma série de subprojetos que enfocam as diversas modalidades de transporte existentes na microrregião - Transporte Público de Passageiros (ônibus e barcas), transporte por táxis e bicicletas, transporte de carga, além do Sistema Viário Básico para circulação de bens e pessoas.

Cada subprojeto tem por objetivo levantar as características atuais do Sistema, formular através da análise dos dados um Diagnóstico da Situação atual e proceder as recomendações de caráter imediato.

1.5.3. ESTUDO DA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A partir dos estudos populacionais, dos PDRI's e de informações complementares, serão caracterizadas as regiões do Estado do Espírito Santo. Para as regiões com desigualdades sociais acentuadas/regiões problema, serão propostos programas de apoio ao desenvolvimento regional, com indicação

de ações para investimento nas pequenas e micro-empresas, atendimento às demandas de equipamentos públicos, infra-estrutura sócio-econômica-cultural e de apoio à Reforma Agrária, a serem implantadas através do desenvolvimento comunitário.